

**INCLUSÃO EDUCACIONAL E  
DESENVOLVIMENTO  
INTEGRAL: UMA ANÁLISE  
DAS CONDIÇÕES  
PEDAGÓGICAS VOLTADAS  
À APRENDIZAGEM DE  
ESTUDANTES COM  
DEFICIÊNCIA**

**EDUCATIONAL INCLUSION AND INTEGRAL DEVELOPMENT: AN ANALYSIS  
OF THE PEDAGOGICAL CONDITIONS AIMED AT THE LEARNING OF  
STUDENTS WITH DISABILITIES**

Ciências Humanas • 23/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/776926451](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/776926451)

---

Garrolici de Fatima Peixoto de Alvarenga<sup>1</sup>

Rummenigge Ribeiro da Rocha<sup>2</sup>

Gisele Frazão Lima Nunes<sup>3</sup>

Isla Rafanny Portela Lopes<sup>4</sup>

---

## **RESUMO**

A inclusão educacional de estudantes com deficiência tem ocupado lugar de destaque nos debates contemporâneos sobre o direito à educação, sobretudo por evidenciar a necessidade de garantir não apenas o acesso à escola, mas também condições reais de aprendizagem, participação e desenvolvimento integral. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo geral analisar as condições pedagógicas que favorecem a inclusão educacional e o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência no contexto escolar. A relevância da pesquisa se justifica pela importância de compreender se as práticas pedagógicas, a organização da escola e os processos de mediação do ensino têm contribuído, de fato, para uma educação mais equitativa, sensível e comprometida com as singularidades dos estudantes. Para o desenvolvimento do trabalho, adotou-se a pesquisa bibliográfica como metodologia, por meio da análise de livros, artigos científicos e demais produções acadêmicas relacionadas à inclusão educacional, à educação especial, às condições pedagógicas de aprendizagem e ao desenvolvimento integral. A partir das discussões teóricas realizadas, foi possível concluir que a inclusão escolar ainda enfrenta desafios importantes, especialmente no que se refere à formação docente, à flexibilização curricular, à acessibilidade pedagógica e ao compromisso institucional com práticas inclusivas. Conclui-se, portanto, que a efetivação da inclusão depende da construção de condições pedagógicas concretas e intencionais, capazes de assegurar ao estudante com deficiência não apenas o direito de estar na escola, mas o direito de aprender, participar e se desenvolver de forma plena.

**Palavras-chave:** Inclusão educacional; Desenvolvimento integral; Condições pedagógicas.

## **ABSTRACT**

The educational inclusion of students with disabilities has occupied a prominent place in contemporary debates on the right to education, especially because it highlights the need to ensure not only access to school, but also real conditions for learning, participation, and integral development. In this context, the present study had as its general objective to analyze the pedagogical conditions that favor educational inclusion and the integral development of students with disabilities in the school context. The relevance of the research is justified by the importance of understanding whether pedagogical practices, school organization, and teaching mediation processes have, in fact, contributed to a more equitable, sensitive, and committed education that respects the singularities of students. For the development of this study, bibliographic research was adopted as the methodology, through the analysis of books, scientific articles, and other academic productions related to educational inclusion, special education, pedagogical conditions for learning, and integral development. Based on the theoretical discussions carried out, it was possible to conclude that school inclusion still faces important challenges, especially regarding teacher training, curricular flexibility, pedagogical accessibility, and the institutional commitment to inclusive practices. It is concluded, therefore, that the effectiveness of inclusion depends on the construction of concrete and intentional pedagogical conditions, capable of ensuring students with disabilities not only the right to be at school, but also the right to learn, participate, and develop fully.

**Keywords:** Educational inclusion; Integral development; Pedagogical conditions.

## **1. INTRODUÇÃO**

A inclusão educacional tem se consolidado como uma das discussões mais importantes no campo da educação contemporânea, especialmente por colocar em evidência o direito de todos os estudantes a uma aprendizagem significativa, participativa e humanizada. Quando se trata de estudantes com deficiência, esse debate se torna ainda mais necessário, pois a presença desses alunos na escola comum não garante, por si só, uma experiência educativa realmente inclusiva. Mais do que assegurar o acesso, é preciso refletir sobre as condições pedagógicas que sustentam a permanência, a participação e o desenvolvimento integral desses estudantes no cotidiano escolar. Nesse cenário, pensar a inclusão é pensar em uma escola que reconheça as diferenças, respeite as singularidades e se comprometa com a construção de práticas pedagógicas capazes de acolher cada sujeito em sua totalidade.

Diante dessa realidade, o presente estudo tem como objetivo geral analisar as condições pedagógicas que favorecem a inclusão educacional e o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência no contexto escolar. Como objetivos específicos, busca-se identificar as práticas pedagógicas adotadas pela escola para promover a aprendizagem de estudantes com deficiência, compreender os desafios enfrentados por professores e equipe escolar na construção de um ambiente educacional inclusivo e examinar de que forma as condições pedagógicas existentes contribuem para o desenvolvimento integral desses estudantes. Esses objetivos orientam a investigação e ajudam a compreender que a inclusão não pode ser vista apenas como princípio legal, mas como prática cotidiana que precisa ser construída com intencionalidade, sensibilidade e compromisso pedagógico.

A escolha deste tema se justifica pela relevância social, educacional e humana que envolve a escolarização de estudantes com deficiência. Embora a inclusão tenha avançado no plano das políticas e dos discursos, ainda existem muitos desafios que atravessam a prática escolar, como a necessidade de formação docente, a flexibilização curricular, a adaptação de estratégias de ensino e a construção de ambientes mais acessíveis e acolhedores. Desse modo, discutir as condições pedagógicas para a aprendizagem desses estudantes é fundamental, porque permite compreender se a escola está, de fato, promovendo oportunidades reais de desenvolvimento em suas dimensões cognitivas, sociais, emocionais e afetivas. Assim, este estudo se mostra importante por contribuir com reflexões que podem fortalecer práticas pedagógicas mais inclusivas e comprometidas com o direito de aprender.

No que se refere à metodologia, esta pesquisa foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, tomando como base produções acadêmicas já publicadas sobre inclusão educacional, educação especial, desenvolvimento integral e aprendizagem de estudantes com deficiência. A pesquisa bibliográfica mostrou-se adequada por possibilitar o aprofundamento teórico do tema a partir da análise de livros, artigos científicos e demais estudos relevantes, permitindo reunir diferentes contribuições para a compreensão do problema investigado. A partir desse percurso, foi possível construir uma base conceitual consistente, capaz de sustentar a discussão proposta e ampliar o olhar sobre os desafios e as possibilidades da educação inclusiva no contexto escolar.

Partindo dessas considerações, o problema de pesquisa que orienta este estudo é o seguinte: de que maneira as condições pedagógicas presentes no contexto escolar influenciam a aprendizagem e o

desenvolvimento integral de estudantes com deficiência no processo de inclusão educacional?

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1. Inclusão Educacional: Concepções, Fundamentos e Legislação**

A inclusão educacional representa uma mudança profunda na forma de compreender a escola, o ensino e o próprio direito à aprendizagem. De acordo com Fernandes (2013), a educação especial, em uma perspectiva inclusiva, precisa ser entendida como parte integrante do sistema educacional e não como um espaço paralelo ou substitutivo. Não se trata apenas de permitir o acesso físico do estudante com deficiência ao ambiente escolar, mas de reconhecer que cada sujeito aprende de maneira singular e necessita de oportunidades reais de participação, desenvolvimento e pertencimento. Nessa perspectiva, a inclusão rompe com visões excludentes historicamente consolidadas e passa a exigir uma reorganização ética, política e pedagógica das instituições de ensino.

Quando se discute inclusão educacional, também se torna necessário compreender que ela não é um conceito isolado. Khater e Souza (2018) destacam que inclusão e diversidade precisam ser entendidas como princípios articulados, pois acolher a diferença é condição essencial para a construção de práticas pedagógicas mais humanas e democráticas. A escola inclusiva é aquela que reconhece a heterogeneidade como característica constitutiva do espaço educativo e não como um problema a ser corrigido. Isso significa superar lógicas padronizadas de ensino e admitir que os estudantes constroem seus percursos de aprendizagem em ritmos, tempos e formas distintas.

Os fundamentos da inclusão educacional também estão diretamente relacionados à defesa dos direitos humanos e da cidadania. Rodrigues, Nozu e Coimbra Neto (2019) afirmam que a inclusão escolar se sustenta em bases de direitos humanos, porque defender a escolarização da pessoa com deficiência é reafirmar seu lugar de cidadã na sociedade. Sob essa ótica, o estudante com deficiência não deve ser percebido como alguém que apenas recebe assistência, mas como sujeito de direitos, cuja presença na escola precisa ser acompanhada de condições concretas de participação e aprendizagem. Essa leitura amplia o debate e mostra que a inclusão não se limita ao campo pedagógico, mas alcança também a dimensão ética e social.

Além dos fundamentos conceituais, a inclusão educacional possui marcos legais importantes que fortaleceram sua consolidação no contexto brasileiro. Segundo Prestes (2015), a inclusão escolar exige respaldo teórico e metodológico, mas também depende do reconhecimento legal do direito à educação para todos como princípio estruturante da ação educativa. As legislações e políticas públicas que defendem o acesso de estudantes com deficiência ao ensino regular contribuíram para transformar a escola em um espaço que, ao menos em sua base normativa, deve ser acessível a todos. Ainda assim, a existência da lei, por si só, não garante a transformação da prática, o que revela a necessidade de articulação entre norma e compromisso institucional.

Mesmo com esses avanços, a efetivação da inclusão ainda encontra limites no cotidiano escolar. Campos, Nário e Souza (2012) observam que a inclusão educacional apresenta limites e possibilidades, e seu sucesso depende do compromisso institucional em transformar as condições pedagógicas, estruturais e humanas da escola. Muitas

instituições ainda mantêm práticas rígidas, avaliações homogêneas e currículos pouco flexíveis, o que dificulta a aprendizagem e a participação de estudantes com deficiência. Isso demonstra que o discurso inclusivo precisa ser acompanhado de ações reais, capazes de alterar as estruturas que sustentam a exclusão.

A inclusão escolar também provoca deslocamentos importantes nas formas tradicionais de ensinar e aprender. Mantoan, Prieto e Arantes (2023) defendem que a inclusão escolar exige um reposicionamento crítico das práticas e das concepções docentes, pois não há escola inclusiva sem revisão profunda de seus pressupostos. Quando um estudante com deficiência ingressa e permanece na escola comum, sua presença desafia concepções rígidas de normalidade, desempenho e currículo. A escola inclusiva não exige que o estudante se adapte integralmente a ela, mas assume a responsabilidade de rever suas práticas para acolher a pluralidade humana.

Dessa forma, discutir os fundamentos, os conceitos e os marcos legais da inclusão educacional é essencial para compreender a amplitude desse processo. Redig (2019) enfatiza que o contexto inclusivo requer caminhos formativos consistentes, pois somente com base em uma compreensão ampla da inclusão será possível construir práticas escolares verdadeiramente comprometidas com a aprendizagem e a participação dos estudantes com deficiência. A inclusão precisa ser entendida como princípio permanente da educação, vinculado ao direito de aprender, conviver e se desenvolver integralmente. Mais do que uma exigência legal, ela constitui um compromisso ético com a dignidade humana e com a construção de uma escola realmente para todos.

## **2.2. Elementos Pedagógicos Relacionados à Aprendizagem de Estudantes com Deficiência**

As condições pedagógicas para a aprendizagem de estudantes com deficiência constituem um dos pontos centrais do debate sobre inclusão educacional. Monteiro e Marchi (2023) ressaltam que práticas pedagógicas inclusivas exigem intencionalidade, planejamento e sensibilidade docente para responder às necessidades dos estudantes com deficiência intelectual e de outros públicos da educação especial. Não basta que o estudante esteja matriculado e presente fisicamente na escola se, no cotidiano da sala de aula, ele não encontra estratégias, recursos e mediações capazes de favorecer sua participação efetiva. Falar em condições pedagógicas é, portanto, falar sobre a forma como a escola organiza o currículo, planeja o ensino, conduz a avaliação e acolhe as diferenças em sua rotina.

Entre essas condições, a formação docente ocupa lugar decisivo. Redig (2019) aponta que os caminhos formativos no contexto inclusivo precisam fortalecer o professor tanto no campo conceitual quanto na dimensão prática, para que ele atue com mais segurança diante da diversidade escolar. Quando a formação inicial e continuada não oferece subsídios consistentes sobre inclusão, adaptação curricular e mediação pedagógica, muitos professores passam a enfrentar inseguranças e dificuldades no desenvolvimento de práticas realmente inclusivas. Isso não significa atribuir toda a responsabilidade ao docente, mas reconhecer que sua formação é parte fundamental do processo de construção de uma escola que ensina a todos.

Outro aspecto importante se refere à organização curricular. Dantas et al. (2017) afirmam que os processos de escolarização na perspectiva inclusiva exigem intersecções curriculares que considerem a realidade do estudante com deficiência e ampliem suas possibilidades de participação na vida escolar. Um currículo rígido, homogêneo e pouco sensível às diferenças tende a excluir silenciosamente aqueles que não conseguem acompanhar os mesmos ritmos, formatos e exigências. Por isso, pensar em inclusão exige compreender o currículo como construção flexível, aberta à adaptação e à diversificação de metodologias, tempos e formas de avaliação. Quando o currículo se torna mais sensível à singularidade do estudante, ele deixa de funcionar como filtro e passa a atuar como caminho de acesso ao conhecimento.

A mediação pedagógica também se revela essencial para a aprendizagem de estudantes com deficiência. Dainez e Freitas (2018), com base em Vigotski, destacam que a escolarização de crianças com deficiência deve considerar a dimensão social da educação, valorizando interações e mediações que potencializem o desenvolvimento humano. Isso significa que a aprendizagem não acontece apenas pela exposição de conteúdos, mas por meio das relações, do acolhimento, da escuta e das intervenções realizadas pelo professor no processo de ensinar. Quando a escola reconhece o estudante com deficiência como sujeito capaz de aprender, ainda que por caminhos distintos, ela amplia suas possibilidades de avanço e favorece experiências mais significativas.

Além da mediação humana, os recursos pedagógicos e tecnológicos também podem contribuir para a ampliação das condições de aprendizagem. Carneiro e Costa (2017) evidenciam que a tecnologia, especialmente no campo da deficiência intelectual, pode contribuir

significativamente para práticas pedagógicas inclusivas e para a ampliação das experiências de inclusão digital no ambiente escolar. Recursos visuais, materiais acessíveis, tecnologias assistivas e ferramentas digitais, quando utilizados com intencionalidade, podem fortalecer a autonomia, a comunicação e a participação dos estudantes. Contudo, esses recursos não devem ser vistos como solução isolada, pois sua eficácia depende do modo como são integrados ao planejamento pedagógico e aos objetivos educacionais.

As condições pedagógicas, entretanto, não dependem apenas da ação individual do professor. Bezerra (2018) mostra que o olhar dos profissionais da educação sobre a escolarização de estudantes com deficiência intelectual revela a necessidade de ações articuladas entre diferentes atores institucionais. Gestão escolar, coordenação pedagógica, apoio especializado, diálogo com as famílias e organização coletiva do trabalho são elementos que também sustentam a aprendizagem inclusiva. Em muitas realidades, o professor deseja incluir, mas encontra limites relacionados à falta de tempo, à ausência de materiais ou à escassez de apoio técnico. Dessa forma, compreender as condições pedagógicas implica entender a escola como espaço coletivo de corresponsabilidade.

Analisar essas condições é reconhecer que a inclusão se concretiza nas escolhas feitas diariamente dentro da escola. Fernandes (2013) destaca que a efetivação da educação especial na perspectiva inclusiva depende da criação de condições pedagógicas que respeitem as necessidades dos estudantes e promovam processos reais de aprendizagem no contexto escolar comum. É no planejamento, nas adaptações, na forma de avaliar e na maneira de olhar o estudante que a inclusão deixa de ser discurso e passa a ser

prática. Quando a escola assume esse compromisso com profundidade, ela não apenas ensina conteúdos, mas constrói experiências de pertencimento, autonomia e dignidade para todos os estudantes.

### **2.3. Dimensões do Desenvolvimento Integral na Escolarização de Estudantes com Deficiência**

O desenvolvimento integral de estudantes com deficiência precisa ser compreendido como um processo amplo, que envolve dimensões cognitivas, emocionais, sociais, afetivas e culturais. Rocha et al. (2018) afirmam que os sentidos da escolarização de sujeitos com múltiplas deficiências precisam ser compreendidos para além das limitações orgânicas, considerando suas experiências e possibilidades de constituição humana. Durante muito tempo, a escolarização desses estudantes foi marcada por visões reducionistas que enfatizavam déficits e incapacidades, restringindo suas oportunidades de crescimento e participação. Hoje, refletir sobre desenvolvimento integral significa reconhecer que todo estudante pode aprender e se desenvolver quando encontra condições concretas de interação, mediação e pertencimento na escola.

A escolarização inclusiva possui papel decisivo nesse processo. Dainez e Freitas (2018) defendem que a concepção de educação social em Vigotski contribui para compreender que o desenvolvimento humano se dá nas relações, e isso é especialmente importante no processo de escolarização de crianças com deficiência. A escola é um espaço privilegiado de convivência, construção de vínculos, acesso ao conhecimento e fortalecimento da identidade. Quando o estudante com deficiência participa

efetivamente da vida escolar, ele amplia suas possibilidades de comunicação, socialização, autonomia e reconhecimento. Desse modo, a escola não deve ser vista apenas como lugar de transmissão de conteúdos, mas como ambiente formativo em sentido amplo.

Falar em desenvolvimento integral também exige pensar na permanência qualificada do estudante na escola. Anache e Cavalcante (2018) mostram que a análise das condições de permanência do estudante com deficiência evidencia a importância de políticas e práticas que sustentem o acesso com continuidade, participação e desenvolvimento. Não basta garantir matrícula e frequência se as experiências escolares forem marcadas por isolamento, invisibilidade pedagógica ou expectativas reduzidas. Permanecer com qualidade significa encontrar, no cotidiano escolar, oportunidades reais de aprender, conviver, participar e construir seu próprio percurso. Isso demanda cuidado com o ambiente, com os apoios disponíveis e com a intencionalidade das práticas educativas.

O desenvolvimento integral se fortalece quando a escola reconhece a singularidade de cada trajetória escolar. Leite e Campos (2018) evidenciam que o percurso escolar de estudantes com deficiência precisa ser analisado a partir de suas experiências concretas, pois é nesse movimento que se torna possível compreender desafios e possibilidades de continuidade da escolarização. Não existem percursos idênticos, porque a aprendizagem é atravessada por diferentes fatores, como acessibilidade, apoio familiar, qualidade da mediação pedagógica e condições institucionais. Reconhecer essa singularidade não significa reduzir expectativas, mas compreender que os caminhos de aprendizagem podem ser diversos e, ainda assim, profundamente significativos.

Nesse debate, a dimensão social da inclusão também é indispensável. Siébra et al. (2024) refletem que a escolarização de alunos com deficiências múltiplas no Ensino Fundamental I precisa ser analisada à luz das políticas inclusivas, mas também das experiências concretas de interação e participação no cotidiano escolar. O desenvolvimento integral não acontece de forma isolada, pois depende da convivência com colegas, da participação em atividades coletivas, do estabelecimento de vínculos e do sentimento de pertencimento à comunidade escolar. Uma escola que valoriza essas relações contribui não apenas para o crescimento individual do estudante com deficiência, mas também para a construção de uma cultura mais empática, acolhedora e democrática.

Outro ponto importante é que o desenvolvimento integral exige práticas pedagógicas que não reduzam o estudante à sua condição de deficiência. Mantoan, Prieto e Arantes (2023) defendem que a inclusão escolar só ganha sentido quando a escola abandona classificações limitadoras e passa a enxergar o estudante em sua condição plena de sujeito de aprendizagem e de direitos. Muitas vezes, o foco excessivo nas limitações invisibiliza talentos, interesses, desejos e formas próprias de expressão que fazem parte da experiência humana. Uma educação verdadeiramente inclusiva precisa olhar para o estudante em sua totalidade, reconhecendo suas potencialidades e abrindo caminhos para que ele participe ativamente da construção de seu percurso formativo.

Assim, refletir sobre desenvolvimento integral e escolarização de estudantes com deficiência é refletir também sobre o papel social da escola. Prestes (2015) afirma que os fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão precisam sustentar uma prática

educativa comprometida com o desenvolvimento global do estudante, o que reforça a necessidade de uma escola que acolha a diferença e promova formação integral em todas as suas dimensões. Quando a escolarização é pensada nessa direção, ela deixa de ser mero cumprimento de etapas e passa a constituir uma experiência de humanização, autonomia e pertencimento. Uma escola inclusiva, nesse sentido, não forma apenas alunos que dominam conteúdos, mas sujeitos que se reconhecem capazes de aprender, conviver e participar da vida social com dignidade.

### **3. METODOLOGIA**

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, por compreender que esse tipo de investigação permite reunir, analisar e interpretar produções teóricas já publicadas sobre a inclusão educacional, o desenvolvimento integral e as condições pedagógicas voltadas à aprendizagem de estudantes com deficiência. De acordo com Prestes (2015), a definição clara dos fundamentos teóricos e metodológicos é essencial para que o estudo alcance consistência analítica e contribua de forma significativa para a compreensão do fenômeno investigado. Nesse sentido, a escolha pela pesquisa bibliográfica mostra-se adequada, pois possibilita o aprofundamento conceitual do tema a partir do diálogo com autores que discutem a inclusão escolar sob diferentes perspectivas, ampliando a compreensão sobre os desafios e as possibilidades presentes no contexto educacional.

A abordagem adotada neste estudo possui caráter qualitativo, uma vez que busca compreender sentidos, concepções e contribuições teóricas relacionadas ao objeto investigado, sem a pretensão de quantificar dados ou estabelecer generalizações estatísticas. A

pesquisa qualitativa, no âmbito bibliográfico, favorece uma leitura mais reflexiva do material selecionado, permitindo identificar como diferentes autores analisam as condições pedagógicas necessárias para promover a aprendizagem e o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência. Dessa forma, o estudo volta-se para a interpretação crítica das produções acadêmicas, valorizando os significados construídos em torno da inclusão educacional e suas implicações para a prática escolar.

Para a realização das buscas, foram definidos descritores diretamente relacionados ao tema da pesquisa, com o objetivo de localizar estudos que dialogassem com os conceitos centrais investigados. Entre os descritores utilizados, destacam-se: inclusão educacional, educação inclusiva, desenvolvimento integral, aprendizagem de estudantes com deficiência, condições pedagógicas, práticas pedagógicas inclusivas, escolarização de estudantes com deficiência e educação especial na perspectiva inclusiva. A utilização desses termos possibilitou uma busca mais direcionada, favorecendo a seleção de materiais com maior proximidade temática em relação aos objetivos do estudo.

As buscas bibliográficas foram realizadas em plataformas reconhecidas no campo acadêmico, especialmente Google Acadêmico, SciELO e Portal de Periódicos CAPES, por serem bases amplamente utilizadas em pesquisas educacionais e por reunirem artigos, livros, dissertações e teses relevantes para a fundamentação teórica do trabalho. A escolha dessas plataformas ocorreu em razão de sua credibilidade, abrangência e facilidade de acesso a produções científicas que discutem a inclusão escolar, os direitos educacionais e as práticas pedagógicas voltadas aos estudantes com deficiência. Além disso, essas bases permitiram localizar estudos em língua

portuguesa, o que favoreceu a aproximação com autores brasileiros e com debates mais alinhados à realidade educacional do país.

No processo de seleção do material, foram adotados critérios de inclusão e critérios de exclusão, a fim de garantir maior coerência e qualidade ao corpus teórico analisado. Como critérios de inclusão, foram selecionadas produções que abordassem diretamente a inclusão educacional, a escolarização de estudantes com deficiência, o desenvolvimento integral e as condições pedagógicas para a aprendizagem, priorizando textos em língua portuguesa, publicados em livros, artigos científicos, dissertações e teses. Também foram considerados estudos que apresentassem relevância teórica para a discussão proposta, mesmo quando publicados em anos anteriores, desde que contribuíssem de forma consistente para a compreensão dos fundamentos da educação inclusiva.

Quanto aos critérios de exclusão, foram descartados materiais que não apresentavam relação direta com o problema de pesquisa, textos duplicados encontrados em mais de uma base de dados, produções com abordagem muito genérica sobre educação sem diálogo específico com a inclusão de estudantes com deficiência e estudos cujo conteúdo não contribuía para os objetivos propostos neste trabalho. Também foram excluídos textos opinativos sem fundamentação acadêmica, resumos expandidos sem desenvolvimento analítico suficiente e materiais que não ofereciam respaldo teórico consistente para a discussão do tema.

Após a seleção, os materiais foram submetidos a uma leitura exploratória, seguida de leitura analítica e interpretativa, com o objetivo de identificar conceitos, argumentos e contribuições relevantes para a construção do referencial teórico da pesquisa. Esse

movimento permitiu organizar o estudo a partir de eixos centrais, como os fundamentos da inclusão educacional, as condições pedagógicas necessárias à aprendizagem e o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência. Assim, a metodologia adotada possibilitou construir uma base teórica coerente com o tema investigado, contribuindo para uma análise mais aprofundada e sensível sobre a importância de uma escola que, de fato, acolha, ensine e reconheça a singularidade de todos os seus estudantes.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados desta pesquisa bibliográfica evidenciam que a inclusão educacional de estudantes com deficiência ainda se constitui como um desafio permanente no contexto escolar, sobretudo quando se analisa a distância entre o que está previsto nos discursos legais e o que efetivamente se concretiza nas práticas pedagógicas. De acordo com Mantoan, Prieto e Arantes (2023), a inclusão escolar só se realiza de modo autêntico quando a escola revê suas bases organizacionais, curriculares e relacionais, rompendo com modelos que ainda operam pela lógica da homogeneidade. A análise das obras selecionadas mostrou que a presença do estudante com deficiência na escola comum, embora seja um avanço importante, não garante, por si só, aprendizagem, participação e desenvolvimento integral. O principal resultado encontrado foi que a inclusão depende de condições pedagógicas concretas, construídas intencionalmente no cotidiano escolar, e não apenas da matrícula formal ou da permanência física do estudante no ambiente educacional.

Outro resultado relevante encontrado na literatura foi a centralidade da formação docente para a efetivação da inclusão. Redig (2019)

ressalta que os caminhos formativos no contexto inclusivo são indispensáveis para que os professores compreendam as especificidades do trabalho pedagógico com estudantes com deficiência e possam construir práticas mais seguras, críticas e sensíveis. Os estudos analisados indicam que muitos dos limites enfrentados pela inclusão decorrem não da falta de compromisso dos docentes, mas da ausência de formação consistente, tanto inicial quanto continuada, para lidar com a diversidade presente em sala de aula. A discussão mostra que, quando o professor não recebe apoio teórico e metodológico suficiente, tende a reproduzir práticas genéricas, pouco adaptadas às necessidades reais dos estudantes. Nesse sentido, a formação aparece como condição estruturante da aprendizagem inclusiva, pois amplia a capacidade de mediação pedagógica e fortalece a confiança docente diante dos desafios escolares.

A pesquisa também revelou que o currículo escolar, quando organizado de forma rígida, ainda representa uma das maiores barreiras à inclusão. Dantas et al. (2017) afirmam que os processos de escolarização na perspectiva inclusiva exigem intersecções curriculares que respeitem a realidade do estudante com deficiência e ampliem suas possibilidades de participação na vida escolar. A partir dessa compreensão, foi possível perceber que o currículo tradicional, centrado em padronizações e expectativas uniformes, tende a invisibilizar sujeitos que aprendem em tempos, formas e ritmos distintos. O resultado mais expressivo dessa análise foi a constatação de que a flexibilização curricular não deve ser entendida como simplificação do ensino, mas como estratégia legítima de democratização do acesso ao conhecimento. A discussão aponta, portanto, que a inclusão só se fortalece quando a escola passa a

compreender o currículo como um instrumento vivo, capaz de acolher diferenças sem perder a intencionalidade pedagógica.

No que se refere às práticas pedagógicas, os materiais analisados mostraram que a aprendizagem de estudantes com deficiência se torna mais significativa quando há mediação intencional, uso de recursos acessíveis e valorização das interações sociais. Dainez e Freitas (2018), com base em Vigotski, destacam que o desenvolvimento de crianças com deficiência se dá nas relações sociais e nas mediações construídas no processo educativo, o que reforça a importância do professor como mediador da aprendizagem. Os resultados da pesquisa indicam que práticas inclusivas bem-sucedidas não se resumem ao uso de materiais diferenciados, mas envolvem escuta, acolhimento, observação e sensibilidade para perceber como cada estudante responde ao processo de ensino. A discussão evidencia que a pedagogia inclusiva exige mais do que adaptação técnica: ela requer postura ética e compromisso com a construção de experiências escolares em que o estudante se reconheça como participante legítimo do espaço educativo.

Outro aspecto recorrente nos resultados foi a compreensão de que o desenvolvimento integral do estudante com deficiência não pode ser reduzido ao desempenho cognitivo ou ao cumprimento de metas escolares. Rocha et al. (2018) afirmam que os sentidos da escolarização de sujeitos com múltiplas deficiências precisam ser compreendidos em sua amplitude, considerando as experiências humanas, sociais e subjetivas envolvidas no percurso educativo. Com base nisso, a pesquisa mostrou que a inclusão educacional só faz sentido quando promove avanços não apenas na aprendizagem de conteúdos, mas também na autonomia, na socialização, na

autoestima, na comunicação e no sentimento de pertencimento. A discussão desse resultado reforça que a escola inclusiva precisa olhar para o estudante em sua totalidade, reconhecendo que aprender é um processo profundamente humano, atravessado por vínculos, afetos e possibilidades de participação social.

Além disso, a literatura analisada demonstrou que a permanência do estudante com deficiência na escola precisa ser acompanhada de condições reais de participação e continuidade. Anache e Cavalcante (2018) mostram que as condições de permanência do estudante com deficiência envolvem não apenas acesso físico, mas também suporte pedagógico, acolhimento institucional e práticas que favoreçam sua inserção efetiva no processo educativo. Esse resultado evidencia que estar presente na escola não significa, necessariamente, estar incluído. A discussão revela que, em muitos contextos, a exclusão assume formas mais sutis, manifestando-se por meio de baixas expectativas, pouca participação nas atividades e invisibilidade pedagógica. Dessa maneira, o estudo aponta que a inclusão verdadeira exige uma escola comprometida não só com o acesso, mas com a permanência qualificada, capaz de garantir ao estudante oportunidades concretas de desenvolvimento.

Em síntese, os resultados desta pesquisa bibliográfica permitiram compreender que a inclusão educacional e o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência dependem da articulação entre formação docente, currículo flexível, mediação pedagógica, acessibilidade e compromisso institucional. Fernandes (2013) destaca que a educação especial na perspectiva inclusiva precisa se sustentar em condições pedagógicas que respeitem as necessidades dos estudantes e assegurem processos reais de aprendizagem no ensino comum. A discussão construída ao longo

da análise confirma que a inclusão não pode permanecer restrita ao campo do discurso ou da legalidade formal, pois ela precisa se materializar em práticas concretas que reconheçam a singularidade do estudante e garantam seu direito de aprender com dignidade. Assim, o principal resultado do estudo foi demonstrar que uma escola inclusiva é aquela que transforma sua prática para acolher a diferença como parte legítima da experiência educativa.

## **5. CONCLUSÃO**

A inclusão educacional de estudantes com deficiência precisa ser compreendida como um compromisso ético, pedagógico e social que ultrapassa a simples garantia de acesso à escola. A inclusão escolar exige transformação real das práticas, das concepções e da organização da escola, para que todos os estudantes tenham reconhecido o seu direito de aprender e participar. Ao longo deste estudo, foi possível compreender que o processo inclusivo não se sustenta apenas em documentos legais ou em discursos favoráveis à diversidade, mas depende, sobretudo, da construção de condições pedagógicas concretas que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência.

A análise realizada mostrou que a inclusão escolar ainda enfrenta muitos desafios no cotidiano educacional. Nesse sentido, um dos principais pontos evidenciados pela pesquisa foi a centralidade da formação docente, tanto inicial quanto continuada, como elemento fundamental para a efetivação de práticas pedagógicas mais inclusivas, sensíveis e comprometidas com as singularidades dos estudantes. Quando o professor encontra respaldo teórico, metodológico e institucional, ele se sente mais preparado para

planejar, adaptar, mediar e avaliar de forma mais coerente com os princípios da inclusão.

Outro aspecto importante identificado ao longo do estudo foi que as condições pedagógicas não se limitam aos recursos materiais ou às adaptações pontuais. Isso significa que a inclusão depende de uma reorganização mais ampla da escola, envolvendo currículo flexível, mediação pedagógica qualificada, recursos acessíveis, apoio institucional e valorização das interações sociais. Assim, incluir não é apenas abrir espaço para a presença do estudante com deficiência, mas garantir que ele encontre possibilidades concretas de participação, pertencimento e desenvolvimento em todas as dimensões da vida escolar.

Também foi possível perceber que o desenvolvimento integral do estudante com deficiência precisa ser entendido em sua amplitude. Essa compreensão mostra que a escola inclusiva não deve focar apenas no desempenho acadêmico, mas também na autonomia, na autoestima, na convivência, na comunicação e na formação de vínculos. Quando a escolarização é pensada de forma integral, ela se torna mais humana, mais justa e mais coerente com a realidade plural dos sujeitos que compõem o espaço escolar.

A pesquisa também permitiu concluir que a inclusão educacional não pode ser tratada como responsabilidade isolada do professor. A escolarização de estudantes com deficiência exige o envolvimento de diferentes profissionais da educação, bem como o compromisso institucional com a construção de práticas articuladas e sustentáveis. Isso significa que a escola precisa atuar coletivamente, mobilizando gestão, coordenação pedagógica, serviços de apoio e diálogo com as famílias, para que o processo inclusivo não recaia

apenas sobre esforços individuais. A inclusão se fortalece quando deixa de ser uma tarefa solitária e passa a ser assumida como projeto coletivo da comunidade escolar.

Dessa maneira, este estudo permitiu compreender que a inclusão educacional e o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência dependem de uma escola que esteja disposta a rever suas práticas, questionar suas rigidezes e reconhecer a diferença como parte legítima da experiência educativa. Assim, conclui-se que promover a inclusão não é apenas cumprir uma exigência legal, mas assumir a responsabilidade de construir uma escola mais democrática, acolhedora e comprometida com a dignidade de todos. Em síntese, uma educação verdadeiramente inclusiva é aquela que não apenas recebe o estudante com deficiência, mas o reconhece, o valoriza e lhe oferece condições reais para aprender, se desenvolver e participar plenamente da vida escolar.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANACHE, Alexandra Ayach; CAVALCANTE, Lysa Duarte. Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na Educação Superior. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, p. 115-125, 2018.

BEZERRA, Querubina Aurélio. O olhar dos profissionais da educação acerca dos processo de escolarização de estudantes com deficiência intelectual em curso técnico integrado ao ensino médio. 2018.

CAMPOS, Kátia Patrício Benevides; NÁRIO, J. F. da S.; SOUZA, Adevanildo Gomes. A inclusão educacional: limites e possibilidades. In: SILVA, JIAO et al. *Cidadania, educação e Direitos Humanos no semiárido*. Campina Grande: EDUFCCG, 2012. p. 103-132.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone; COSTA, Maria Carolina Branco. Tecnologia e deficiência intelectual: práticas pedagógicas para inclusão digital. Revista on line de Política e Gestão Educacional, p. 706-719, 2017.

DAINEZ, Débora; FREITAS, Ana Paula de. Concepção de educação social em Vigotski: apontamentos para o processo de escolarização de crianças com deficiência. Horizontes, v. 36, n. 3, p. 145-156, 2018.

DANTAS, Priscila Ferreira Ramos et al. Processos de escolarização na/para inclusão de um estudante com deficiência: intersecções na perspectiva curricular. Research, Society and Development, v. 4, n. 4, p. 280-294, 2017.

FERNANDES, Sueli. Fundamentos para educação especial. Curitiba: Intersaberes, 2013.

KHATER, Eduardo; SOUZA, Kelen Cristina Silva. Diversidade x inclusão: conceito, teoria e prática na educação infantil. Revista Educação em Foco, v. 10, p. 29-38, 2018.

LEITE, Graciliana Garcia; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez. Percorso escolar de estudantes com deficiência na Educação de Jovens e Adultos, nível Ensino Médio. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 24, n. 1, p. 17-32, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valeria Amorim. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2023.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção (UAA). E-mail: [garrafaty@gmail.com](mailto:garrafaty@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestrando em Ciência da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção (UAA). E-mail: [rurirocha@hotmail.com](mailto:rurirocha@hotmail.com)

<sup>3</sup> Mestranda em Ciências da Educação Mestranda em Ciência da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção (UAA). E-mail: [gisacello@hotmail.com](mailto:gisacello@hotmail.com)

<sup>4</sup> Especialista em Educação Especial e Inclusiva, Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP). E-mail: [isla.portela@gmail.com](mailto:isla.portela@gmail.com)